

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.435 - DF (2019/0219413-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : FIORENTINO CAPPELLESSO  
**ADVOGADOS** : MAURI RICARDO REFFATTI - DF012237  
IVAN ANÍSIO BRITO - DF016403  
TAIZO GOES GENTIL - DF038812  
**RECORRENTE** : ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL -  
ASABB  
**ADVOGADO** : MARCIA IOLANDA ALVES BARBOSA DE BRITO - SP351950  
**RECORRIDO** : ANDRADE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP  
**ADVOGADOS** : KARLA P. KARLATOPOULOS DE ANDRADE - DF008475  
FRANCIS LURDES GUIMARAES DO PRADO - DF024410  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADA** : ADEMARIS MARIA ANDRADE MACIEL - DF015460

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL - ASABB, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 806/807):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA. *CITRA PETITA*. REJEIÇÃO. REPARAÇÃO DE DANOS. DESFAZIMENTO DE CONTRATOS ENVOLVENDO A AQUISIÇÃO DA FAZENDA ITIQUIRA E CESSÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS A TERCEIRA PESSOA. AUSÊNCIA DE CULPA DOS RÉUS. IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Apelação interposta pela autora, Andrade Construtora E Incorporadora Ltda., contra sentença proferida em ação indenizatória proposta em desfavor do Banco Do Brasil S.A. e de Fiorentino Cappellesso. 1.1. Sentença que afasta o dever de indenizar, porque não demonstrada a culpa dos réus pelos prejuízos suportados pela requerente. 1.2. Apelação da autora sustentando que os requeridos se

uniram, em conluio, para prejudicá-la, dando causa à impossibilidade de cumprimento de outros negócios jurídicos. Pedido de reforma da sentença, para que sejam deferidas as indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes.

2. O acolhimento do pedido de indenização fundado na responsabilidade civil supõe a caracterização do dano, da conduta culposa e do nexo de causalidade entre aquele e esta (arts. 186 e 927, CCB). 2.1. Ausente a prova de culpa dos réus, não há como responsabilizá-los pelos supostos prejuízos alegados pela demandante. 2.2. Hipótese em que houve a rescisão judicial de vários contratos celebrados pela autora com os réus e terceira pessoa, envolvendo a aquisição de uma propriedade rural (Fazenda Itiquira, em Planaltina de Goiás), sem que seja possível identificar qualquer conduta ilícita por parte dos requeridos.

3. Sem desmerecer a atuação profissional dos dedicados causídicos dos réus, diante da natureza e da complexidade da causa, a fixação dos honorários em 10% do valor da causa alcançaria a cifra de R\$ 785.000,00, valor considerado, no caso concreto, desproporcional. 3.1. Diante da excessiva oneração da parte sucumbente, aplica-se o art. 85, § 8º, do CPC, segundo o qual Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2o. 3.2. Em situações semelhantes, em que a sucumbência se mostra excessiva, esta Turma tem utilizado o mesmo dispositivo, para reduzir os honorários e fixá-los por equidade. 3.3. (...) A melhor exegese a se extrair da dicção do § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil, é no sentido que a expressão 'inestimável' é a antítese do termo 'irrisório'. Enquanto este se refere às hipóteses em que proveito econômico extremamente é baixo, o outro, por sua vez, se identifica com as ações em que proveito obtido é surpreendentemente alto. Nessas circunstâncias, necessária é a fixação equitativa dos honorários advocatícios, ponderados conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 85, § 2º, do CPC), com objeto de evitar excessos e o enriquecimento indevido a qualquer das partes. (20150610150706APC, Relator: Sandra Reves, 2ª Turma Cível, DJE: 11/05/2018).

4. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos por BANCO DO BRASIL S/A e

# *Superior Tribunal de Justiça*

FIORENTINO CAPPELLESSO foram rejeitados (fls. 860/867).

A recorrente sustenta ofensa ao artigo 85, §§ 1º, 2º, 6º e 8º, do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial, sob o entendimento de que não é possível a fixação da verba honorária por equidade, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos réus, porque o caso não se enquadra nas hipóteses previstas no § 8º do mesmo artigo. Defende que devem ser observados os limites mínimos e máximos de arbitramento da verba honorária previstos no texto da legislação federal apontado.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Encontra-se, todavia, prejudicada a análise do recurso, em razão do provimento do recurso especial interposto nos autos pelo corréu, FIORENTINO CAPPELLESSO, para "para fixar os honorários de sucumbência em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, em favor de ambos os réus, nos termos do § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil".

Em face do exposto, julgo prejudicado o recurso.

Intimem-se.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora